

REFLEXÕES RELATIVAS À TRIÁDE FILOSOFIA-POLÍTICA-ÉTICA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Luiz Fernando Conde Sangenis⁶²
Galvani Almeida Junior⁶³

Resumo

Tratamos, na perspectiva filosófica, da politização e da ética na formação e na atividade docente. Partindo da definição aristotélica de que o homem é um animal político, construímos uma argumentação fundamentada na tríade filosofia - política - ética. A politização da atividade docente é acompanhada por uma prática profissional ética, tão necessária para a implementação de uma educação libertadora, cujo objetivo é fomentar nas novas gerações uma visão crítica da realidade, visando à emancipação da civilização a partir do compromisso com as classes populares. Essa emancipação passa pela construção de um novo modo de nos relacionarmos socialmente, de sorte que as riquezas produzidas pela sociedade sejam distribuídas de forma igualitária, possibilitando vida digna para toda a espécie humana.

Palavras-chave: educação libertadora, emancipação social, ética, filosofia e política

Abstract

In a philosophical perspective, we deal with politicization and ethics in the formation and activity of the teacher. Starting from the Aristotelian definition of man as a political animal, we constructed an argument based on the triad philosophy - politics - ethics. Politicization of the teaching activity is accompanied by a professional ethical practice, so necessary for the implementation of a freedom education, whose aim is to foster in new generations a critical view of reality, aimed at emancipation of civilization from the commitment with the popular classes. This emancipation involves the construction of a new way to relate ourselves socially, so that the wealth produced by society are distributed equally, providing a decent life for all mankind.

Keywords: freedom education, social empowerment, ethics, philosophy, and politics

⁶² Doutor em Educação pela UFF. Professor adjunto da FFP da UERJ. Pesquisa: memória e história do franciscanismo no Brasil e identidade e memória fluminense. E-mail: lfsangenis@uol.com.br

⁶³ Mestrado em Educação pela UERJ. Pesquisa: Ciências exatas e da terra, física geral. Instituição: Instituto Federal Fluminense. E-mail: gal.almeida@bol.com.br

Não é difícil, pois, perceber a conexão entre a política, a ética e a pedagogia, ciências práticas que, de acordo com Aristóteles, procuram o conhecimento não pelo próprio conhecimento, mas a fim de utilizá-lo como norma ou regra do comportamento humano.

(CORBISIER, 1978, p.33)

Introdução

Em função das transformações políticas ocorridas no mundo no final da década de oitenta do século passado e o seu desdobramento no que diz respeito às relações de trabalho, a classe trabalhadora viu diminuir as perspectivas de alcançar a tão almejada emancipação social. Contudo, ainda acreditamos que a educação é uma das possibilidades reais de resistência ao modelo da voz surda, manifestação do “pensamento único” que sustenta a si mesmo, conforme a cunha que remonta Schopenhauer (2005, p. 19). Por isso, os professores necessitam estar preparados tecnicamente e politicamente, para que suas convicções políticas e éticas não sejam abaladas por mais uma estratégia do capitalismo para manter-se hegemônico em nossa civilização.

Dessa forma, o presente artigo reflete sobre um tema antigo que necessita ser revisitado, principalmente num momento em que passamos por mais uma crise em nosso sistema educacional. Referimo-nos a política e ética como categorias importantes para que o professor possa desenvolver em sala de aula uma educação comprometida com a transformação social. O artigo parte da premissa que o alicerce para uma atuação política e ética do professor é facilitado se ele traz em sua bagagem formativa um forte conhecimento filosófico. Assim, é na tríade filosofia-política-ética que vamos refletir nesse trabalho a formação do professor no viés libertador.

A Política

A palavra política é utilizada nos dias atuais com várias conotações diferentes. Falamos em política econômica do governo, política educacional de uma escola, política empresarial de uma fábrica, etc. Contudo, precisamos entendê-la em seu sentido primitivo, aquele cunhado no início do pensamento filosófico. Para alcançarmos esse propósito, vamos primeiramente compreender seu significado mais amplo, para depois chegarmos ao seu sentido específico, atrelado ao conceito de ação, de engajamento, e de participação.

Ao consultarmos o dicionário Aurélio, encontramos as seguintes definições para essa palavra:

- 1- Conjunto dos fenômenos e das práticas relativas ao Estado ou a uma sociedade.
- 2- Arte e ciência do bem governar, de cuidar dos negócios públicos.
- 3- Qualquer modalidade de exercício da política.
- 4- Habilidade no trato das relações humanas.
- 5- Modo acertado de conduzir uma negociação estratégica.

Essas definições sugerem que a palavra política está relacionada às interações sociais, apresentando uma dimensão social. Só há política porque ocorre relação social, entrelaçamento, convívio entre os homens. Aristóteles, no século IV a.C, em sua obra “*A Política*” desenvolve um tratado em que afirma: “[...] por conseguinte, é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político” (ARISTÓTELES, 2000, p. 146).

Ainda sustenta que a origem do Estado está na própria natureza, ou seja, é inerente a ela, cabendo ao homem organizar-se para colocar em prática este atributo natural. Portanto, para Aristóteles o Estado é uma condição necessária para o bem viver em sociedade, onde cada cidadão contribui com o seu trabalho para suprir as necessidades coletivas.

Por vivermos em sociedade, na *polis* grega, tecemos diariamente relações de convívio que necessitam ter uma

dimensão moral, no sentido de atingir o bom convívio social. Nessa dinâmica da relação social, Aristóteles identifica que a principal meta a ser atingida pelo homem é a de tornar-se bom, alcançando o grau mais elevado do bem humano, que é a felicidade. Para chegar a esse estágio de evolução do espírito, como diria Hegel, é preciso que o Estado seja justo para que possa organizar a vida em sociedade. Cabe ao Estado, portanto, segundo Aristóteles, educar para o fortalecimento das virtudes que formam o cidadão e o bom governante. Assim, a sociedade justa, divide seus bens e valores sociais, não permitindo a apropriação privada desses bens. Devemos salientar que essa divisão de bens e valores – segundo a concepção da *polis* grega – era direcionada ao cidadão, aquele que dispõe do ócio, do tempo livre para poder pensar e, conseqüentemente, refletir sobre a realidade. Os comerciantes, agricultores e artesãos não poderiam participar da vida política, pois suas atividades não eram consideradas intelectuais. Aristóteles também sustentava a ideia de haver uma diferença entre os homens imposta pela natureza.

A natureza distinguiu os corpos do escravo e do senhor, fazendo o primeiro forte para o trabalho servil e o segundo esguio e, se bem que inútil para o trabalho físico, útil para a vida política e para as artes, tanto na guerra quanto na paz (ARISTÓTELES, 2000, p. 151).

Se o Filósofo está na mais sincera sintonia com seu tempo, e concebe a escravidão como consequência de causas naturais, é incapaz de perceber que a *pólis* grega se sustentava em sua força de trabalho por razões estruturais. Ressalvando sua visão reacionária em relação aos escravos, já estava em Aristóteles a percepção de ser necessário sermos políticos, de participarmos ativamente das discussões do nosso tempo.

A partir das reflexões desenvolvidas por Aristóteles, a sociedade ocidental organizou ao longo dos séculos diversas formas de nos relacionarmos socialmente, formas que foram sofrendo modificações durante o curso do processo histórico.

Essas modificações mudaram a concepção de Estado apresentada por ele, culminando com a fundação dos estados nacionais, a partir da primeira revolução social da história, a Revolução⁶⁴ Francesa, de 1789, que postulava através de vários pensadores uma nova forma de constituição do poder político. Vejamos o que diz Corbisier sobre esse período:

Ao tempo da Revolução Francesa, a burguesia ainda não era a classe economicamente dominante e politicamente dirigente, mas, o “terceiro estado”, a classe ascendente, em luta contra o feudalismo, o “antigo regime”. Essa luta implicava, inicialmente, a contestação da ideologia do feudalismo, a crítica da religião e da igreja, do direito divino dos reis, dos privilégios da nobreza hereditária, etc. Contra a tradição, a autoridade, o dogmatismo, e todas as formas da intolerância, a burguesia invocava a razão. E, foi em nome da razão e do pensamento racional, que empreendeu a crítica da ideologia feudal e das instituições econômicas, sociais e políticas que essa ideologia procurava justificar (CORBISIER, 1976, p. 107).

Corbisier aponta para o fato de que a burguesia era, naquele momento, revolucionária, pois atacava as contradições do sistema feudal e a não racionalidade do poder absoluto dos reis, reivindicando uma nova forma de organização político-econômica. Essa transformação social pleiteada passava pela superação da sociedade feudal, como condição necessária, visando à sustentação do sistema político em construção. Nesse sentido, Locke aponta para três direitos naturais que devem ser garantidos ao homem: vida, liberdade e propriedade. Para ele, todos nascem com os três direitos. Já para Rousseau⁶⁵, o homem nasce bom, mas a sociedade o

⁶⁴A palavra revolução é usada no sentido de superação de um determinado sistema político por outro. No caso, da Revolução Francesa ocorre a superação do sistema feudal de organização social, levando ao poder a nova classe emergente, a burguesia, em substituição à nobreza, acabando com a transmissão hereditária do poder.

⁶⁵Já em Rousseau encontramos a constatação de que temos que construir uma sociedade em que a diferença econômica entre as pessoas seja

corrompe. Para evitar esse processo corruptivo ele propõe “O Contrato Social”⁶⁶, através do qual os cidadãos abrem mão da plena liberdade, para garantir uma segurança de convívio, sendo a lei o símbolo maior de racionalidade do Estado.

O que a história nos conta a partir daí é uma constante busca pela modificação estrutural nesses estados nacionais, com a finalidade de atender as necessidades da classe dominante economicamente. Se antes tínhamos a nobreza no poder mantendo seus privilégios, agora temos a burguesia, investindo intensamente para que o Estado atenda aos seus interesses privados, que nem sempre atendem aos interesses coletivos. Voltando a Corbisier, vamos observar que ele refletiu a respeito desse novo momento vivido pela burguesia:

A burguesia conquistou o poder sob o signo da razão. Deixando, porém, de ser classe ascendente para tornar-se classe dominante, tornou-se, ao longo do tempo, tão conservadora e tão reacionária quanto à nobreza feudal. Ora, a história é contradição, processo, vir a ser, rio heraclitiano que corre sem cessar. Resolvendo as contradições do feudalismo, o capitalismo suscitava outras, também nos quadro do capitalismo. A razão histórica deslocou-se, assim, da burguesia para as classes trabalhadoras que hoje se encontram, em relação à classe burguesa, em posição análoga à da burguesia em

eliminada. Ele se refere a ricos e pobres, pois ele ainda não tinha a noção precisa de classe social. Afirma que somente um governo em que o povo exerce a soberania possui legitimidade, seja direta ou indireta, elegendo seus representantes. Esses representantes não passam de delegados e executores da “vontade geral”.

⁶⁶ Carlos Nelson Coutinho, em seu livro “De Rousseau a Gramsci”, analisa o que Rousseau pretende com o contrato: do ponto de vista dos fundamentos econômico-sociais, ele propõe uma sociedade que elimine os principais inconvenientes da propriedade privada (a polarização extrema entre riqueza e pobreza) e, desse modo, evite a conflitualidade e a desigualdade próprias da “sociedade civil” burguesa. Do ponto de vista do indivíduo, ele propõe a construção de um tipo de homem que, colocando o *amour de soi* (temperado pela *pitié*) acima do *amour propre*, seja capaz de tornar-se efetivamente virtuoso, orientando-se não mais pelo egoísmo (pelo interesse privado), mas sim pela “vontade geral” (pelo interesse comum) (COUTINHO, 2011, p. 31).

relação à nobreza feudal, na época da Revolução Francesa (CORBISIER, 1976, p. 108).

Dessa forma, ao chegar ao poder a burguesia não resolve as contradições do sistema anterior, tornando-se reacionária, contrária às mudanças, propiciando o surgimento nos séculos vindouros de uma grave crise entre capital e trabalho.

Por outro lado, a revolução científica, dos séculos XVI e XVII, que teve na Revolução Francesa, o seu desdobramento social, vai possibilitar, a partir do final do século XVIII, a Revolução Industrial - processo que irá aumentar as desigualdades sociais nos diversos estados nacionais emergentes. É nesse momento histórico, em pleno amadurecimento da Revolução Industrial, já no século XIX, que irá desenvolver-se através de Marx e Engels, a crítica radical, filosófica, da sociedade capitalista moderna. Marx defende a ideia de que o estado burguês é fomentador das desigualdades sociais, estando a serviço da classe dominante, a burguesia, detentora dos meios de produção, causadora das injustiças sociais propagadas por todas as partes de nosso planeta, sendo necessário, portanto, fundamental, a superação dessa forma egoísta de organização social.

O movimento de transformação social proposto por Marx vai motivar várias mentes revolucionárias no século XX, dispostas a lutar pela construção da sociedade socialista, onde o poder passaria a ser gerido pela classe operária, o proletariado, com o objetivo de eliminar a sociedade classista, apoiada na propriedade privada e na acumulação de capital. Essa utopia, a busca da sociedade igualitária, ganharia uma grande dimensão a partir da deflagração da segunda revolução da história da humanidade, a Revolução Comunista, na antiga Rússia, em 1917, que desde então passaria a reunir

várias nações, sendo intitulada de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O mundo passaria a viver, naquele período, a polarização entre o Oriente e o Ocidente, situação marcada ao final da Segunda Guerra Mundial (1945) pela radicalização do confronto, a chamada Guerra Fria. No meio desse conflito ideológico, o movimento social, produtor de nossa história, proporcionou no final do século XX um desdobramento surpreendente: a queda do Muro de Berlim e a abertura política da URSS. Esses acontecimentos levaram os liberais de plantão a decretarem o fim dos conflitos ideológicos no mundo. Em 1989, Francis Fukuyama escreve um ensaio de filosofia da história, em que sustenta a sua tese sobre “*O fim da história*”, dando como consumado o processo histórico, decretando a morte do socialismo e a vitória triunfante do sistema capitalista de mercado. Hoje, ao término da primeira década do século XXI, estamos novamente, buscando novas possibilidades para concretizar a utopia de um mundo justo, onde o fator econômico não seja o parâmetro para uma vida digna.

Vivemos em uma pequena esfera, achatada nos polos, dentro do Sistema Solar, e conhecemos não mais do que 460 planetas extrassolares. Estamos sós, pelo menos no Sistema Solar, mas na Terra (como nos ensina Paulo Freire) vivemos em comunhão; necessitando do outro para nos relacionarmos, sendo o diálogo o caminho para solucionarmos os impasses inerentes à vida em sociedade. Ora, se necessitamos do diálogo para nos relacionarmos, precisamos de liberdade para poder pensar. Nesse caso, considerando a vida social uma criação nossa, humana, uma construção política, podemos apontar a democracia como sendo a melhor forma de nos relacionarmos socialmente. Assim, só a liberdade de ação não basta, é preciso que todos possam dialogar, em condições

iguais. Assim, a democracia possui dois princípios intrínsecos: liberdade e igualdade. Por conta disso, Corbisier nos dá uma bela argumentação em favor da sociedade democrática:

Assinalando um estágio superior de racionalidade, a democracia, entre todos os regimes políticos, é o que mais corresponde às exigências da condição humana. Se todos os homens são, em princípio, iguais, porque participam todos da mesma essência, e se a essência da condição humana é a liberdade, todos têm, em tese, o mesmo direito de participar da constituição e do exercício do poder (CORBISIER, 1978, p. 52).

E continua Corbisier: “Percebe-se, assim, que o problema da verdade, da filosofia, é um problema político, e que a liberdade política é um dos pressupostos indispensáveis, ou uma das condições de possibilidade da filosofia” (CORBISIER, 1983, p. 112).

Desse modo, o autor nos mostra que, sem liberdade de pensamento, não podemos pensar criticamente a realidade e nem participar dos debates, das decisões, que são travadas no interior das relações de convívio, com o objetivo de alcançarmos a construção de uma sociedade democrática, justa e fraterna. É exatamente por temer a verdade, que os regimes antidemocráticos suspendem a liberdade de pensamento, não o interior, subjetivo, que felizmente ainda não pode ser controlado, mas o pensamento exterior, aquele que é revelado, impedindo com isso a liberdade de ação, a liberdade política. Com essa argumentação podemos demonstrar que a vida em sociedade é política por natureza – e que essa politização construiu ao longo de séculos de história a sociedade pós-moderna em que vivemos hoje. Nesse caso, a politização é uma condição *a priori* do ser cidadão, está no âmago do nosso subconsciente, pertence ao nosso instinto

primitivo de sobrevivência, sendo a responsável pelo sucesso ou fracasso da sociedade que criamos.

A política como condição necessária para a emancipação humana

A palavra emancipação, nesse contexto, refere-se à necessidade de libertar a humanidade da situação deplorável em que a maioria da população mundial vive; em função da condição social imposta pelo sistema político-econômico vigente, atrelado ao capitalismo de mercado, o elemento que determina em última análise quem vai sobreviver. Essa emancipação foi proposta a partir do estudo sistemático realizado por Marx. Para ele, a filosofia deve assumir uma nova perspectiva, ela precisaria não só refletir a realidade, mas também ajudar na sua transformação, contribuindo para a construção de uma nova ordem socioeconômica mundial. Essa maneira de viver socialmente, não é a única. Podemos vislumbrar outra forma de nos relacionarmos com o planeta. Essa nova possibilidade de organização social, racional, porque é filosófica, tem como objetivo possibilitar uma vida digna para todos, seja qual for a área de nossa atuação profissional. Dessa forma, apoiado na democracia, na liberdade de pensamento, na justa distribuição das riquezas conquistadas coletivamente pela humanidade e em suas tecnologias (que melhoram a qualidade de vida das pessoas) buscaremos alcançar a felicidade aristotélica.

A escola na perspectiva política

A ação educativa politicamente engajada deve ser criativa e, conseqüentemente libertadora por natureza. Portanto, ela deve ser construída com a finalidade última de libertar o homem, contribuindo para desenvolver o senso crítico, que leva ao pensamento radical, o pensamento fomentado pela filosofia, levado às últimas conseqüências. A fim de criar o novo cidadão, reflexivo, crítico, preparado para exercer sua cidadania. Possibilitando ao mesmo identificar as contradições existentes em nossa sociedade, com a finalidade de superá-las. Esta superação passa necessariamente pela ação, pela ação política e nunca por sua negação, a ação apolítica.

A Educação é uma ação política, planejada pelo homem, que deve ter como finalidade libertá-lo, não no singular, mas no coletivo, educando cada indivíduo com o objetivo de criar o novo, a nova sociedade. Não basta transmitirmos às novas gerações o conhecimento acumulado pela humanidade, precisamos fazê-la refletir sobre a vida num contexto mais amplo, de modo que seja possível chegar a uma sociedade - de fato e de direito - democrática.

E por que a filosofia fomenta o pensamento crítico? Porque ela nos possibilita o olhar amplo sobre a realidade, nos instiga à análise complexa dos fatos, como ensina Corbisier:

Ora, se a perspectiva da filosofia é a da totalidade, ou do absoluto - que se confunde com a da crítica radical, pois criticar "até as raízes" é considerar a parte em função do todo no qual se "enraíza" -, não se pode conceber uma filosofia "pura", que pretendesse lidar com problemas puramente filosóficos. Tais problemas, isolados da totalidade de que fazem parte, seriam tão abstratos quanto os científicos e, conseqüentemente, não seriam problemas filosóficos (CORBISIER, 1978, p. 24).

Aí está o ponto, a necessidade da filosofia na formação do professor, instigando-o à reflexão, politizando a sua ação. Ele, o profissional que escolhe gastar o seu tempo de existência, efêmero, passageiro, em sala de aula, na escola. O professor precisa refletir a respeito de sua função social, sobre a razão de ser de sua existência. Ser professor é um projeto de vida, de existência, que é conquistado a cada dia, com muita dedicação e comprometimento. Ele nunca está pronto, é sempre um “vir a ser”, uma identidade em processo contínuo.

O professor tem que compreender a necessidade implícita de ser político, de tomar partido, não se omitindo em relação às questões relevantes de seu tempo – e porque não dizer de nossa história social. Caso contrário, em sua ação profissional, ele deixará de contribuir para a formação crítica de seu aluno, limitando seu escopo de possibilidades futuras, dificultando o seu engajamento na luta histórica entre capital e trabalho. Dessa forma, se faz necessário uma ação revolucionária do professor na escola, ação que possibilite refletir a respeito das mazelas vividas pela humanidade, extraíndo desse passado os elementos que nos tragam (a nós professores) a compreensão que a nossa ação profissional é eminentemente política, contribuindo dessa maneira, na escola, para a emancipação humana. Por outro lado, sabemos não ser possível reduzir a atividade docente a uma boa formação filosófica. Contudo, é preciso entender que a carência dessa formação reflete-se numa prática pedagógica engessada, limitada, dificultando o desenvolvimento de uma educação libertadora.

Como já afirmamos, vivemos em um pequeno planeta dentro do sistema solar, sabemos muito pouco sobre o

universo e sua origem. Uma das poucas certezas científicas que temos é a de que o Sol irá “engolir”⁶⁷a Terra daqui a cinco bilhões de anos. Toda obra humana e toda poesia serão transformadas em energia. O que iremos fazer até lá? Continuaremos nos matando por tão pouco ou vamos lutar por uma vida mais justa para todos? Nossa escolha é essa: devemos reescrever a história humana sobre o planeta, no sentido de alcançarmos a emancipação humana, eliminando todas as formas de preconceitos e discriminações, possibilitando uma vida justa para todos, só assim poderemos viver esses próximos cinco bilhões de anos com dignidade.

A Ética

A vida ainda é objeto de espanto e de admiração em todas as suas formas de existência. Contudo, a mente humana, responsável pela criação da nossa história cultural continua pouco conhecida. Tales de Mileto, no século VI a. C., realizou uma síntese do pensamento grego, estimulando a construção de um método confiável para a produção de conhecimento. Essa primeira tentativa de organização racional, lógica, é entendida como criadora da filosofia. No entanto, segundo a tradição clássica o adjetivo filósofo teria sido empregado por Pitágoras, no século V a. C., que a si mesmo chamou de filósofo. Ao ser indagado sobre a natureza de sua sabedoria afirmou não ter o conhecimento, sendo apenas um amante do saber.

⁶⁷As reações nucleares que ocorrem no interior do Sol vão superando a força gravitacional ao longo dos anos. O resultado é que sua energia chegará a Terra com tanta intensidade que ela irá ser totalmente queimada. Essa é a principal razão pelo qual os projetos espaciais são levados a curso, busca-se uma saída para a manutenção da espécie humana.

Mas foi Aristóteles, no século IV a. C., quem realizou a segunda grande síntese do pensamento ocidental. Entre as várias contribuições dadas por Aristóteles destacamos o nosso interesse por seus escritos sobre política. Como já vimos, ele define que as relações sociais, relações de convívio em sociedade, são relações políticas. Portanto, segundo Aristóteles, devemos nos organizar com o objetivo de dar a nossa contribuição para a consolidação do Estado, visando o bem comum da sociedade.

Embora em sua origem a filosofia se preocupasse em explicar a natureza, hoje ela encontra o seu objeto de análise nas questões humanas. A partir de Marx, a filosofia tem sido (como nos ensina Corbisier), não só interpretação do mundo, mas projeto de transformação do homem. Portanto, é na filosofia que buscamos a base de sustentação de nossas reflexões, que devem nos levar ao pensamento crítico da realidade, com o propósito primeiro de libertar a humanidade de suas mazelas. Assim: “[...] a filosofia não tem sentido algum quando não se desdobra em política, ética e pedagogia” (CORBISIER, 1983, p. 71). Dessa forma, sendo necessário educar o cidadão para construirmos o projeto de emancipação do homem, a escola ganha uma dimensão libertadora, política por natureza, e o trabalho docente deve sustentar-se como uma atividade política, ética e pedagógica.

É justamente esse ponto que nos interessa: a dimensão política, ética e pedagógica fomentada pela filosofia para o trabalho docente. Um problema importante, ao nosso olhar, no processo de formação do professor está localizado no âmago da questão ética do trabalho docente. Embora concordemos com o argumento de que a educação sozinha não pode superar essa forma egoísta de viver sobre o planeta, apoiada na divisão de classes, há um consenso de que sem a sua

contribuição para a utopia de um mundo mais justo, menos desigual e mais fraterno, ela nunca será alcançada.

Assim como a política permeia por inteiro a atividade docente, a ética na formação docente é algo *a priori*, sem a qual todos os outros componentes perdem o seu valor moral (e porque não dizer) deixam de ter sentido. Nessa perspectiva, vamos estabelecer a diferença entre moral e ética do ponto de vista filosófico. Entende-se por moral o conjunto de normas e valores que regula as relações entre o indivíduo e a sociedade. Contudo, ainda que a moral se defina por seu caráter social, ela deve ser cumprida por cada indivíduo, que deve conhecer as regras que nutrem a sua relação com a sociedade a qual pertence.

As normas e valores que regulamentam a vida social se manifestam na forma de hábitos e costumes, que são passados pela família, pela escola, pelo *status quo*, etc. Podemos entender as regras morais como sendo construídas historicamente, sofrendo modificações ao longo do espaço-tempo. Assim, como Paulo Freire aponta para a vida em comunhão, a moral torna-se necessária para balizar a interação do homem com a sociedade, cumprindo sua função social de reguladora das ações ou condutas no intuito de promover a um bom convívio social.

Por outro lado, a palavra ética vem do grego *ethikos*, que significa costumes, conduta, comportamento. Seu significado filosófico refere-se à reflexão radical dos sistemas morais, procurando compreender a fundamentação das regras e valores que sustentam cada sistema. Ela não tem o caráter de validar (ou não) um sistema moral construído por uma sociedade numa determinada época, mas sim, o de refletir sobre a sua construção, entender sua fundamentação, numa dimensão científica, com o objetivo de investigar o

comportamento moral de uma sociedade. Enquanto a moral afirma o comportamento que devemos ter, a ética reflete o sentido do comportamento que adotamos. Portanto, há na ética uma preocupação universal, no sentido de identificar os princípios que possam ser gerais, que possam ser utilizados por toda a humanidade, propiciando alcançarmos um convívio harmonioso entre os povos.

Segundo a tríade política-ética-pedagogia proposta para o projeto emancipador, transformador, balizado na filosofia, ou seja, político - porque é ação e não omissão; ético, porque reflete sobre o caráter universal dos princípios; pedagógico, pois sustenta a ação educativa, responsável pela transmissão da cultura para as novas gerações, dessa forma, chegamos à Educação. Para tanto, devemos considerar que ela tem uma dimensão moral, já que transmite princípios específicos e gerais. Específicos quando se referem a um campo do conhecimento e gerais, quando se considera o fato de que não há discurso isolado, que não transmita uma visão de mundo, um valor moral. Nesse caso, educar é relacionar, vivenciar, experimentar; é ação, é transformação. Por isso, a atividade docente tem também uma dimensão moral, já que conscientemente (ou inconscientemente) o professor transmite valores no seu espaço de trabalho: a escola; valores que vão além do conteúdo programático, o que reflete não só a linha política-pedagógica da escola e da sociedade na qual ele está inserido, mas também os valores construídos ao longo de sua existência, ao longo de sua formação, os mesmos que irão ser transferidos no decorrer do processo ensino-aprendizagem.

O trabalho docente está recheado de ingredientes que transbordam no cotidiano escolar - seja em sua dimensão científica, na apresentação de um conhecimento específico,

seja em sua dimensão política, na exposição dos valores morais utilizados na concretização desses saberes. Sem o comprometimento com a verdade, com as causas nobres do espírito humano, não podemos exercer a docência criticamente e com autonomia para refletir as questões educacionais num patamar mais elevado, em sintonia com as necessidades das classes populares. Não podemos perder de vista a dimensão histórica da carreira docente, sem a qual não compreendemos nossas raízes, responsáveis que somos por formar as novas gerações em uma perspectiva emancipadora. O que marca uma busca intermitente para libertarmos a mente humana da falácia de que podemos ser felizes individualmente, como prega religiosamente o regime vigente, o capitalismo de mercado.

Considerações finais

Portanto, a formação do profissional professor é um processo sempre inacabado, sempre em construção. É um vir a ser, que passa necessariamente por um olhar diferente da vida, das relações sociais, uma visão de mundo comprometida com a mudança. Um projeto de existência que passa, primeiramente, por uma análise introspectiva da realidade, para depois se tornar mundana, banhada pela necessidade de dividir a maior riqueza cultural de nossa civilização: o conhecimento, em particular, o científico. Sem, no entanto, desprezar o conhecimento produzido por cada cultura, pela nossa cultura, por nossa origem histórica.

Então, a partir dessas reflexões, chegamos ao momento de optar em que vamos gastar nossa existência, nesse pequeno tempo que temos sobre o planeta, que gira periodicamente em torno do Sol, vagando num universo

totalmente desconhecido por nós humanos. Essa escolha não é *a priori*, ela é *a posteriori*. Ela passa por todas as reflexões apresentadas e, no caso do professor, ela chega à escola, à sala de aula, ao nosso aluno. Por isso, acreditamos que se trata de uma escolha filosófica, reflexiva e radical, sobre a vida em todas as suas dimensões. Escolha que passa, necessariamente, pela ética, pela ação política e, conseqüentemente, por sua ação pedagógica. Não podemos ser professores só na escola, temos que lutar diariamente para manter a coerência, pois pensamos e somos responsáveis por nossas reflexões, por nossa conduta. Há nesta questão uma dimensão moral, no sentido dos valores adequados ao bom convívio. Portanto, o exercício da docência no viés libertador é possibilitado pelos atributos desenvolvidos ao longo do trabalho que compõem o corpo formativo do professor, ou seja, a filosofia, a política e a ética, como conhecimentos necessários para o exercício de uma ação profissional crítica, reflexiva e transformadora no campo do real.

Referências

ARISTÓTELES. *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2000.

CORBISIER, R. *Autobiografia Filosófica: Das Ideologias à Teoria da Práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Filosofia e Crítica Radical*. São Paulo: Livraria duas cidades, 1976.

_____. *Filosofia Política e Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Introdução à Filosofia*. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

COUTINHO, C. N. *De Rousseau a Gramsci*. São Paulo, 2011.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: UNESP, 2005.